

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

MATHEUS BUARQUE RIBEIRO SOUZA

**MATERIALIDADE DOCUMENTAL DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
ESTADUAL DA VERDADE “PAULO BARBOSA DE ARAÚJO” EM SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

MATHEUS BUARQUE RIBEIRO SOUZA

**MATERIALIDADE DOCUMENTAL DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
ESTADUAL DA VERDADE “PAULO BARBOSA DE ARAÚJO” EM SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe como requisito para obtenção do
grau de bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Orientadora: Profa. Dra. Glêyse Santos
Santana

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2024

**MATERIALIDADE DOCUMENTAL DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
ESTADUAL DA VERDADE “PAULO BARBOSA DE ARAÚJO” EM SERGIPE**

MATHEUS BUARQUE RIBEIRO SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe como requisito para obtenção do
grau de bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Nota: _____

Data de apresentação:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Glêyse Santos Santana
(Orientador/a)

Profa. Me. Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana
(Membro convidado - Externo)

Prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes
(Membro convidado – Interno)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aquela responsável por tudo que sou hoje: minha mãe, Bianca. Mulher íntegra, responsável, brincalhona, inteligente, enfim, uma mãe que todo mundo gostaria de ter. Muito obrigado por tudo que você fez e continua fazendo por mim! Eu não teria chegado até aqui sem você.

À minha tia Hélia, agradeço por sempre ter me ajudado e contribuído com a minha formação intelectual e pessoal, mesmo com a falta de convivência.

À minha orientadora, professora Glêyse, eu nunca imaginei que pudesse me divertir tanto nas orientações. Muito obrigado por me acolher, por ter acreditado e confiado em mim, e por ser uma verdadeira educadora.

Ao professor Vinícios, um professor brincalhão e muito divertido. Agradeço pelas risadas e pelas resenhas, literais e metafóricas (nem tanto as literais).

Ao corpo docente do curso de Biblioteconomia e Documentação, e à UFS em si, por terem me proporcionado quatro anos de aprendizado, risadas, surpresas, ansiedade e raiva (faz parte do pacote).

Também aos meus colegas discentes que marcaram meu tempo na universidade de uma forma ou de outra, em especial Alessandra, Bruna, Fernando, Grazielle, Kaio e Luan.

Ao meu colega de escola, Rafael, pelas boas – leia-se nostálgicas – memórias que carrego há mais de uma década, especialmente quando a nossa maior preocupação era o tamanho da fila da cantina. Éramos mais jovens.

Ao meu velho dramaturgo morto-vivo, Beckett, por me fazer perceber quantas coisas podem ser comunicadas através do silêncio. Espero que tenha conseguido encontrar Godot, onde quer que esteja.

Não foi tempo perdido. Vou seguindo meu caminho.

RESUMO

Este trabalho insere-se na temática dos estudos neodocumentários e possui como objeto a análise da materialidade do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” em Sergipe. Partindo do pressuposto de que as informações do Relatório possuem um caráter público e social, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: nos termos dos estudos neodocumentais propostos por Bernd Frohmann, como se pode caracterizar o documento Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”? Objetiva-se, em linhas gerais, analisar o documento Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” sob a ótica da neodocumentação. Mais especificamente, objetiva-se: a) sintetizar historicamente os meandros da política brasileira no período de 1946-1988 no Brasil e em Sergipe; b) apresentar a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, identificando os documentos arrolados a partir de seu Relatório Final; c) examinar a materialidade do Relatório da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. A pesquisa foi realizada através de metodologia qualitativa, exploratória e documental, sob o método ontológico-documentário. Como resultado, identificou-se que o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” constitui-se documento institucional com considerável impacto sociopolítico que permitirá uma melhor compreensão do conjunto documental prospectado e produzido pela Comissão, possuindo, para os estudos neodocumentários, uma importância significativa, devido ao peso e força de sua materialidade em sua circulação nas esferas social, política e acadêmica.

Palavras-chave: Bernd Frohmann; estudos neodocumentários; Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”.

ABSTRACT

This work is part of the theme of neo-documentary studies and aims to analyze the materiality of the Final Report of the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo” in Sergipe. Assuming that the information in the Report has a public and social character, the following research question was formulated: in terms of the neo-documentary studies proposed by Bernd Frohmann, how can the document Final Report of the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo” be characterized? The aim is, in general terms, to analyze the document Final Report of the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo” from the perspective of neo-documentary studies. More specifically, the aim is to: a) historically summarize the intricacies of Brazilian politics in the period 1946-1988 in Brazil and in Sergipe; b) present the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo”, identifying the documents listed from its Final Report; c) examine the materiality of the Report of the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo”. The research was conducted using a qualitative, exploratory and documentary methodology, using the ontological-documentary method. As a result, it was identified that the Final Report of the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo” constitutes an institutional document with considerable sociopolitical impact that will allow a better understanding of the set of documents prospected and produced by the Commission, having, for neo-documentary studies, a significant importance, due to the weight and strength of its materiality in its circulation in the social, political and academic spheres.

Keywords: Bernd Frohmann; neo-documentary studies; Final Report of the State Truth Commission “Paulo Barbosa de Araújo”.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Tipologias documentais do Relatório	33
Quadro 2 –	Lógica da organização documental do Relatório	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
APES	Arquivo Público do Estado de Sergipe
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEV/SE	Comissão Estadual da Verdade de Sergipe
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CDU	Classificação Decimal Universal
DCI	Departamento de Ciência da Informação
DDI/UFS	Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
RBU	Repertório Bibliográfico Universal
SNI	Serviço Nacional de Informações
TJSE	Tribunal de Justiça de Sergipe
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O DOCUMENTO: DA DOCUMENTAÇÃO À DOCUMENTALIDADE.....	13
2.1	O conceito do documento.....	13
2.2	O surgimento da Documentação	15
2.3	Aspectos teóricos em Bernd Frohmann.....	17
3	METODOLOGIA.....	20
4	BREVE HISTÓRICO DO AUTORITARISMO NO BRASIL (1946-1985).....	23
4.1	Breve histórico do autoritarismo em Sergipe (1946-1985)	27
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
5.1	A fisicalidade do Relatório.....	31
5.2	A materialidade do Relatório	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, em molde monográfico, insere-se na linha de pesquisa Informação e Sociedade, integrante dos parâmetros estabelecidos pelo curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui como objeto de análise o Relatório da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” do estado de Sergipe, sob a perspectiva da análise documentária. Todavia, antes de adentrar a especificidade do objeto de pesquisa e as questões específicas da pesquisa em pauta, cabe proceder a um breve apanhado acerca de fatos que estão diretamente relacionados à implantação da referida Comissão.

O termo “comissões da verdade” designa, segundo o *site* do Arquivo Nacional brasileiro, “[...] órgãos historicamente instituídos em países que atravessaram períodos de instabilidade política, com a suspensão dos direitos individuais e normas democráticas como no caso das ditaduras [...]” (Arquivo Nacional, 2011). Historicamente, sua primeira versão foi instaurada com o intuito de averiguar as violações de direitos humanos cometidas pelo governo do presidente ugandense Idi Amin Dada em 1974. Desde então, outras comissões foram instauradas em vários países.

As comissões da verdade, em suas mais variadas vertentes, a exemplo daquelas registradas no Brasil – Comissão Nacional da Verdade, Comissão Camponesa da Verdade, Comissões Estaduais, Municipais, Regionais, Sindicais e Universitárias –, assumiram o papel de apurar as perseguições e crimes políticos consumados por regimes de exceção.

No Brasil, vinte e seis anos após a redemocratização e vinte e três anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada através da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Objetivava investigar e esclarecer, segundo seu art. 1º, “[...] graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional [...]” (Brasil, 2011, p. 5). Ou seja, a essa comissão competiria apurar as violações ocorridas no período de 1946 a 1988, valendo-se do respaldo legal instaurado pela referida lei

e ainda pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

Após o fim das atividades da Comissão Nacional da Verdade, instituiu-se em Sergipe a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (CEV/SE), por meio do Decreto estadual nº 30.030 de 26 de junho de 2015, durante o mandato do governador Jackson Barreto de Lima (2013-2018). A referida Comissão operou entre 2016 e 2019, publicou seu Relatório Final no ano de 2020, e as informações nele constantes abarcam os períodos também contemplados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). O primeiro período retrata a fase histórico-política brasileira denominada de “democracia das massas” (1946-1964); e o segundo e temporalmente sequencial, o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) (Reginato; Reis, 2020).

Em linhas gerais, segundo seus autores, o Relatório “[...] privilegia a compreensão das estruturas e processos da repressão política a partir da costura das memórias dos indivíduos e instituições implicados” (Reginato; Reis, 2020, p. 26), com o intuito de contribuir com os esforços da justiça de transição, definida pelo Relatório “[...] como um conjunto de práticas e mecanismos jurídico-sociais cujo objetivo [...] é enfrentar e tratar o legado de violência de regimes autoritários do passado, através do exercício do direito à verdade e memória [...]” (Reginato; Reis, 2020, p. 27).

O Relatório prospectou milhares de documentos que, após análise e utilização, foram encaminhados ao Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Uma vez em posse do APES, os documentos foram encaminhados para o devido tratamento documental em bases arquivísticas, e para constituição do fundo CEV/SE. No entanto, a documentação da CEV/SE ainda não foi completamente analisada e classificada. Devido à vultosa quantidade de material, e considerando o tempo exíguo para a realização desta pesquisa, optou-se por lidar apenas com o Relatório Final que foi disponibilizado ao público em formato digital de livre acesso.

Para a realização dessa pesquisa, o Relatório, enquanto documento, não será analisado em termos positivistas, ou seja, ele não será naturalizado como um detentor de conhecimento irrefutável. Busca-se pensá-lo como um documento que possibilite uma reflexão acerca dos “[...] aspectos públicos e sociais da informação [...]” (Frohmann, 2008, p. 21).

Recorreu-se aos estudos documentários para refletir sobre o Relatório em termos de sua materialidade, a fim de compreender a informação contida nele, considerando seu caráter público e social. Buscou-se observar as circunstâncias que

o produziram e as consequências decorrentes de seu funcionamento na sociedade, isto é, o impacto de sua documentalidade.

Uma vez apresentada essa síntese introdutória, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: nos termos dos estudos neodocumentais propostos por Bernd Frohmann, como se pode caracterizar o documento Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”?

O objetivo geral desse trabalho é analisar o documento Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” sob a ótica da neodocumentação. Mais especificamente, objetiva-se: a) sintetizar historicamente os meandros da política brasileira no período de 1946-1988 no Brasil e em Sergipe; b) apresentar a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, identificando os documentos por ela arrolados; c) examinar a materialidade do Relatório da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”.

A justificativa deste trabalho deriva do fato de que ele possibilita um exercício de compreensão do Relatório em bases documentárias amplas, ou seja, busca-se compreendê-lo para além de uma tipologia documental específica, ressaltando o papel da materialidade que, nessa concepção, interrelaciona as práticas culturais, históricas e institucionais que influenciam a comunicação da informação e seus possíveis efeitos. No sentido apontado, a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” atuou como órgão operacionalizador da função social da informação, especialmente acerca de um momento significativo da história nacional.

Por fim, explicita-se a estrutura textual. A primeira seção, “Introdução”, comporta para além de uma apresentação do tema de pesquisa, o problema, os objetivos, a justificativa e a estrutura das seções. A segunda seção, “O documento: da documentação à documentalidade” apresenta as bases teóricas levantadas para a fundamentação científica do trabalho, destacando o documento e a materialidade da informação de base neodocumentária. Na terceira seção, “Metodologia”, aponta-se os procedimentos de pesquisa adotados, a saber: abordagem do problema, tipo de pesquisa, o método e as técnicas das quais o pesquisador se apropriou para o desenvolvimento do trabalho. A quarta seção, “Breve histórico do autoritarismo no Brasil”, aborda o fenômeno autoritário no Brasil e em Sergipe, durante os anos de 1946 a 1985. Na quinta seção, “Análise e discussão dos resultados”, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos à luz da teoria materialista de Bernd

Frohmann. Finalizando na sexta seção, “Considerações finais”, o contexto do estudo é retomado, responde-se à questão de pesquisa e uma síntese é realizada.

2 O DOCUMENTO: DA DOCUMENTAÇÃO À DOCUMENTALIDADE

Esta seção trata das bases teóricas a partir das quais se procederá a análise e versará sobre o documento, a documentação e a documentalidade sob a perspectiva de Bernd Frohmann. Longe de constituir-se um texto referencial em extensão e alcance, busca-se apresentar um lastro básico, a partir do qual se possa compreender os conceitos que serão mobilizados por meio da análise.

2.1 O conceito do documento

Definir documento é uma tarefa árdua. Entre as áreas que utilizam o termo – e não são poucas -, a história foi, dentre as ciências sociais, aquela que mais atribuiu a esse objeto um valor incontornável, pois na ausência do documento, a história como ciência não seria passível de existência. Ou seja, a história traçou o seu discurso sobre a fisicalidade – a presença física de um objeto ou elemento no mundo real – do documento, sobre o esforço contínuo em direção aos arquivos e ao exame minucioso de potenciais fontes históricas.

A relevância social do documento está diretamente relacionada à formação da burocracia estatal europeia do século XVII, na qual se caracterizava como “documento” variadas tipologias registradas textualmente, a exemplo dos certificados, títulos, diplomas, os quais fornecem comprovação de um ato considerado juridicamente legal e institucionalizado para determinado fim. Tal prática consolidou-se e expandiu-se durante a modernidade, designando o documento “[...] como um objeto escrito que declara e prova transações, acordos e decisões feitas por cidadãos [...]” (Lund, 2022, p. 8).

No século XIX, sob a égide do positivismo, e a ascensão da história enquanto disciplina, o documento consagra-se como fundamento absoluto do fato histórico e da verdade, sendo concebido em si mesmo como prova histórica e testemunho escrito, possibilidade única de reconhecimento como tal (Silva, 2006).

Dessa visão, decorre uma das principais funções do documento: sua função probatória, sobretudo aqueles oriundos dos poderes públicos constituídos, que devem ser compreendidos como “[...] matéria provada [...]” (Schellenberg, 2006, p. 182). Além disso, observa-se que os documentos, não obstante outras

especificidades, possuem duas formas de valor: o primário – estabelecido em função do grau de importância que ele possui para a entidade que o acumulou – e o secundário – estabelecido em função do grau de sua importância para outras entidades e pesquisadores (Schellenberg, 2006; Bellotto, 2006).

Niels Lund (2022) destaca que o documento, desde o início da modernidade europeia, é uma forma de declaração de um ato, que implica prova e autenticidade, e que deve ser inscrito em algum suporte, remetendo ao “[...] antigo conceito educacional do documento [...]” (Lund, 2022, p. 8), que ensina e/ou explica algum fato.

Já Suzanne Briet (2016, p. 1), em sua obra, *O que é a documentação?*, trata documento como “[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual [...]”. Nesse sentido, é possível pensar documento como todo e qualquer suporte que permite a representação, disponibilização e armazenamento da informação. Sendo assim, o que pode ser considerado informação? Talvez a resposta mais adequada à essa questão seja a mais vaga, qual seja: depende do contexto. Isso porque o conceito de informação deve ser definido de acordo com a área do conhecimento que dele se apossa e faz uso.

Ao problematizar acerca dos contornos do objeto da Ciência da Informação, González de Gómez (2011) afirma a disputa pelo conceito de informação como um problema ontológico da referida ciência. A autora identifica o documento como uma “[...] matéria manipulável, algo plausível de intervenção e transformação pelo labor humano [...]” (González de Gómez, 2011, p. 23).

Ortega e Lara (2010), afirmam que o documento pode assumir tanto uma natureza física, quanto conceitual, deve possuir potencialidade informativa, possuir a capacidade de ser conservado, transportado, reproduzido e comunicado, atribuindo sua tipologia ao lugar simbólico que ele ocupa.

Assim, partindo-se dos posicionamentos de González de Gómez (2011) e de Ortega e Lara (2010) pode-se afirmar que a disputa pelo conceito de informação alastra-se também para o documento, e a depender do autor e da teoria que defende, a noção de documento pode assumir diferentes perspectivas. Em conformidade com as autoras supracitadas, Lund (2022) demonstra em seu texto acerca da historicidade do documento, que ele pode ser compreendido como prova, apoio a um fato, fisicalidade, texto, forma, signo indexical, valor referencial, produção científica, e pode

ser observado através de duas visões: como objeto físico ou simbólico (através do seu papel na sociedade).

2.2 O surgimento da Documentação

A teoria da Documentação teve ímpeto ao final do século XIX, com a explosão tipográfica que correspondeu ao avanço das ciências históricas e suas técnicas (Briet, 2016). A ação de organizar e concatenar a informação com o intuito de fomentar o desenvolvimento científico e cultural da humanidade não é recente. A criação de uma “biblioteca mundial” – qual seja o *Mundaneum* – que reuniria todo o conhecimento humano e o classificaria de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU) era um dos objetivos de Paul Otlet.

[...] a Documentação propôs extrapolar a dimensão do suporte em direção à informação contida nos variados documentos localizados em diferentes instituições. Dessa forma, os documentos abrem caminho para a formação da memória da humanidade, independente dos formatos e suportes em que são registrados pelo homem. Esse entendimento aponta para a multiplicidade de suportes e cria os contornos de totalidade e universalidade propostos por Otlet (Tanus; Renault; Araújo, 2012, p. 160).

Assim, a fundação da Documentação, observável na literatura e nas práticas documentárias, indica a existência de uma nova área do conhecimento construída histórica e conceitualmente. Área herdeira da Bibliografia¹, se consolidou com o objetivo de organizar e propiciar o acesso à informação contida nos documentos (Ortega, 2009).

À frente do empreendimento científico, têm-se os advogados e intelectuais Paul Otlet e Henri La Fontaine como sistematizadores do novo campo científico. Em primeiro lugar, utilizando-se da Classificação Decimal Universal (CDU), que possibilitou a concepção de um repositório bibliográfico de porte universal. Em 1895, com a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), que objetivava gerenciar o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) – que em 1931 passou a denominar-se

¹ “[...] a Bibliografia foi um dos primeiros instrumentos de integração e mediação entre a produção de literatura científica e cultural dada a pequena rede de consumidores dessas produções durante a Idade Moderna [...]” (Gugliotta, 2017, p. 315).

Instituto Internacional de Documentação – consolidando o trabalho dos documentalistas (Gugliotta, 2017). Assim,

[...] a missão a que se propuseram Otlet e La Fontaine girou em torno da institucionalização de procedimentos capazes de resolver de modo global, ao menos esta era a intenção original, problemas em torno da organização e do acesso às fontes documentárias [...] (Gugliotta, 2017, p. 317).

Não obstante a publicação de artigos científicos fundamentais para o seu campo de conhecimento, a obra fundamental do belga Paul Otlet é o Tratado de Documentação, de 1934. Segundo Ortega (2009), o Tratado de Documentação pode ser entendido como uma obra inauguradora da abordagem tríade – bibliográfica, arquivística e museológica – ancorada no processo de organização e recuperação da informação. “A despeito de a Documentação ter se desenvolvido como o conjunto de técnicas para o trato da informação bibliográfica técnico-científica, apresenta-se hoje pela retomada da tríade citada [...]” (Ortega, 2009, p. 4).

Quanto ao objeto científico, Paul Otlet elegeu o documento, problematizando-o, pois a esse momento, a força do positivismo como modelo de construção científica defendia a objetividade, e o documento textual seria o único capaz de produzir informação. Na contramão desse pensamento, Otlet passou a considerar uma diversidade de suportes: “[...] livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento, registros fotográficos, selos, estampas, etc. [...]” (Araújo, 2018, p. 11).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os estudos documentários arrefeceram. Contudo, na década de 1950, a documentação amplia seus horizontes em direção à interpretação. Segundo Rodrigo Rabello (2011), inspirada por novas possibilidades tecnológicas, a documentalista francesa Suzanne Briet introduziu, a partir de sua obra *O que é Documentação?* de 1951, a noção de documentos como registros do conhecimento, portadores de evidências. Tal fato é reafirmado por Siqueira (2010), que destaca os critérios de materialidade, intencionalidade e organização como possibilidades de abordagem do documento. Sobre essa questão expõe Gugliotta (2017, p. 324):

O documento foi problematizado por Suzanne Briet como sendo uma base de conhecimento materialmente capaz de ser utilizada para a consulta, o estudo ou a prova. Objetos como uma estrela, uma pedra

num rio gelado, um animal vivo, podem se tornar documentos por meio de procedimentos adequados de simbolização (quando as informações que comportam são representadas e organizadas) como as fotografias e catálogos de estrelas, pedras em um museu de mineralogia e catálogos de animais exibidos em um zoológico.

Cabe apontar que o posicionamento de Suzanne Briet foi fundamental para fomentar a ideia da construção de documentos secundários por meio dos documentos “originais”. Além disso, defendia que era nos documentos secundários que se clarificava o trabalho do documentalista, pois estes refletiam “[...] a construção discursiva documentária [...]” (Gugliotta, 2017, p. 325), fruto do labor documentário (González de Gómez, 2011).

Assim, embora marcada por diferentes visões e interpretações acerca de suas origens e escopo epistemológico, a Documentação, enquanto campo do conhecimento, “[...] revela a sua própria denominação, sua relação com documento parece indubitável [...]” (Tanus; Renault; Araújo, 2012, p. 158-159). Sob a influência do pensamento desses primeiros teóricos da documentação, novos enfoques foram posteriormente adicionados pelos denominados neodocumentalistas, dentre eles, Bernd Frohmann.

2.3 Aspectos teóricos em Bernd Frohmann

Bernd Frohmann, pesquisador alemão, integra a corrente epistemológica denominada de neodocumentação e promove um retorno à documentação, com base nas noções de documento defendidas por Paul Otlet e Suzanne Briet para desenvolver a sua teoria que privilegia a relação entre práticas documentárias e os fenômenos sociais, privilegiando o caráter simbólico do documento (Frohmann, 2008).

Em seu percurso teórico, Frohmann (2008) retoma, para além da noção simbólica já sinalizada por Suzanne Briet, os postulados do filósofo Michel Foucault, voltando-se à questão da virtualidade do documento e as questões relativas à enunciação. Da teoria de Briet, recupera o exemplo do antílope para denotar a passagem do real ao virtual (que atua como uma força) e constitui a documentalidade do referido animal, ou seja, as representações que podem ser produzidas a partir do real. De Foucault, inspira-se na teoria do discurso, mais especificamente da noção de enunciado para pensar os aspectos sociais desse discurso.

Segundo Frohmann (2008), tais enunciados podem transcender o aspecto físico que os documentos lhes conferem, direcionando o olhar ao aspecto simbólico. Assim, a materialidade da informação deve ser medida pela “[...] massa, inércia e resistência [...]” (Frohmann, 2008, p. 22), ou seja, deve-se entender como o documento se comporta em sociedade, como ele é construído, difundido, estabilizado ou resistente às transformações.

Compreende-se a materialidade da informação – em parte, através da fisicalidade documental que ratifica um acontecimento, mas sobretudo – através da funcionalidade que promove uma determinada ação; haja vista as relações de poder social através das quais a informação pode ser agenciada e utilizada em diversas instâncias. (Amorim; Rabelo, 2023).

Para Frohmann (2012), a informatividade de um documento está vinculada às práticas documentárias vigentes num determinado momento histórico, bem como às instituições nas quais ele está inserido. Dessa forma, o autor de um determinado documento, seguindo critérios institucionalizados através da disciplina social que dá forma à essas práticas, atua como validador da informação e, conseqüentemente, do próprio documento no qual ela está inserida. Logo, “estudar a documentação é estudar as conseqüências e os efeitos da materialidade da informação” (Frohmann, 2008, p. 22).²

Rodrigo Rabello (2014) aponta também a importância dos meios, isto é, dos ambientes e contextos específicos nos quais os objetos são construídos, que evidenciam, além de sua materialidade, o processo de sua produção. Todo objeto possui uma vida social e cultural que, através dos significados inscritos nele, esclarecem o contexto social nessa relação material. Como menciona Rabello (2019, p. 13),

A materialidade e a institucionalidade da informação, ao passo que necessitam de alguma fisicalidade (objeto-suporte analógico ou digital), inscrevem-se em construções conceituais particulares (ações de informação) exemplificadas em termos de práticas específicas (como é o caso daquelas constituintes da fase documental, do desenvolvimento de coleções e da organização do conhecimento).

² Cabe ressaltar que este trabalho utiliza os termos fisicalidade e materialidade para fins distintos. A fisicalidade documental refere-se à existência (real) do documento, seja em suporte físico ou digital. A materialidade documental refere-se ao “seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos” (Frohmann, 2008, p. 22) através de rotinas institucionalmente constituídas.

Assim, pode-se dizer que o documento não é apenas um mero condutor da informação; ele também é um meio de legitimação do discurso de um determinado autor ou instituição. Portanto, é um objeto provido de valor social, cujo impacto e especificidades variam de acordo com sua tipologia e função, seja ela administrativa ou cultural. O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” – enquanto documento próprio e único – encontra, no conjunto documental que o compõe, o arcabouço de sua fisicalidade, materialidade, e o contexto social de sua produção.

Ao considerar o documento como uma união entre a informação e o suporte, e, mais especificamente, ao considerar o impacto institucional da materialidade “que o reinscreve no processo de construção da ciência, gerando fatos e representações” (Thiesen, 2013, p. 6-7), percebe-se que a imperiosidade informacional contida naquele documento – seja ele voltado para o ambiente jurídico, arquivístico, histórico ou cultural – torna-se objeto de análise e estudo, seja para a validação e cumprimento administrativos/institucionais de seu conteúdo, seja para posterior inquirição acadêmica.

É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. [...] Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos (Luca, 2006, p. 132).³

Frohmann (2008), ao aproximar-se do pensamento de Foucault sobre a materialidade da enunciação, pensa os documentos no contexto geral de sua existência: o que é o documento? Como se dá seu reaparecimento social? Como se processa o seu agenciamento? Dessa forma, Frohmann, como pertencente à corrente neodocumental, busca perceber relações de poder nos documentos e entende que os sentidos contidos neles são frutos de interpretações.

³ Considerar que, neste contexto, Luca utiliza o termo “materialidade” para se referir à fisicalidade da produção documental, não aos efeitos jurídico-administrativos que as rotinas institucionais exercem sobre os documentos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é de suma importância para o conhecimento científico, pois através dela, torna-se possível definir os métodos que serão tomados para realizar pesquisas acadêmicas. Assim sendo, a definição dos critérios e instrumentos utilizados para recortar e discernir o escopo da pesquisa, bem como os caminhos a serem percorridos para a sua realização – e subsequente resistência frente à análise dos pares –, precisam estar no cerne da atenção do pesquisador. Segundo Ana e Lemos (2018, p. 532): “[...] sabe-se que a pesquisa se faz presente nas diversas esferas da sociedade – política, econômica, social, educacional –, e em diversos fenômenos e instâncias da vida social [...]”.

O presente trabalho se valerá de instrumentos comumente utilizados no método científico para respaldar as análises e observações realizadas ao longo da pesquisa, com o intuito de produzir um conhecimento científico que possua utilidade social. Os instrumentos e métodos utilizados serão discriminados a seguir.

A abordagem do objeto de pesquisa se dará de forma qualitativa, quanto aos objetivos, exploratória e documental. Qualitativa, pois estabelece um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito pesquisador (Bortoni-Ricardo, 2008). Assim, a pesquisa qualitativa é um percurso metodológico que “[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]” (Minayo, 2007, p. 21).

Constitui-se exploratória porque ao buscar conhecer o fenômeno estudado, necessita-se conhecê-lo tal como ele se apresenta no contexto em que é inserido, permitindo ao pesquisador observar os dados qualitativos de forma sistemática, visando uma interpretação detalhada do objeto (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). E documental, pois baseia-se em fontes diversas para posterior procedimento analítico, tratando-se de “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5).

Procedeu-se em primeiro lugar a um levantamento bibliográfico, o que coloca o pesquisador em contato direto com a produção escrita sobre a temática que está sendo estudada. “[...] é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54). Para tanto, foram utilizados

livros referentes à Documentação, buscando apreender os conceitos necessários para a elaboração da base teórica e metodológica do estudo. Esse levantamento foi feito em base de dados e *websites* de pesquisa na internet como SciELO, BRAPCI e Google Acadêmico, através dos seguintes descritores: documento, documentação, Bernd Frohmann, materialidade documental, regime de informação.

É importante destacar que a pesquisa terá como fonte principal o Relatório da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, publicado em 2020. Segundo Rossato e Martinez (2018, p. 187), a produção do conhecimento no contexto da sociedade contemporânea “[...] implica em resgatar o pesquisador – cientista – do lugar de tabulador e processador de dados para o lugar de produtor de conhecimento, como resultado da articulação construção/interpretação”. Por fim, ressalta-se que esta pesquisa não abordará questões de cunho pessoal, evitando a exposição de nomes de pessoas e/ou seus dados pessoais.

Para proceder à análise dos dados, esta pesquisa apropriou-se da hipótese defendida por Frohmann (2008, p. 22) que “[...] estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação [...]”. Em outros termos, se procederá a análise por meio do lastro ontológico-documentário de Bernd Frohmann, via pela qual destaca-se as práticas sociais a que são submetidos os documentos e, consequentemente, a informação.

Segundo Amorim e Rabello (2023, p. 104): “As práticas documentárias são orientadas pela interação das propriedades, motivações e efeitos das ações dos documentos. Nesses pressupostos, a materialidade desempenha um papel como percurso heurístico”.

Tal recurso heurístico defendido por Bernd Frohmann (2008) possui como referência os estudos de Foucault, a partir do qual compreende a materialidade como a repetição de um enunciado no tempo. Segundo Foucault (2005 *apud* Frohmann 2008, p. 23):

Essa materialidade repetível [...] faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal [...] entre os que os homens produzem, manipulam, usam, transformam, trocam, combinam, decompõem, recompõem, e eventualmente destroem.

Dessa maneira, Frohmann apresenta a materialidade documental como requisito para a compreensão da materialidade informacional, uma vez que a informação reflete através da trama dos enunciados, sua circulação social, que se

expressa em suas práticas, e estas permitem a compreensão da dimensão simbólica referente a sua construção (origem), seu caráter social e institucional.

4 BREVE HISTÓRICO DO AUTORITARISMO NO BRASIL (1946-1985)

Com a promulgação da quinta Constituição brasileira em 1946, o país passou por um processo de redemocratização após quase uma década sob a égide do Estado Novo Vargasista (1937-1945). Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 250): “A Constituição de 1946 manteve conquistas sociais obtidas desde a década de 1930, mas repôs a exigência da democracia e do exercício dos direitos políticos como uma das condições incontornáveis para a vida pública brasileira [...]”.

Em contrapartida às garantias constitucionais, no entanto, o Brasil passou por crises políticas e sociais que eventualmente culminaram na derrubada do governo João Goulart em 1964. Já em 1947, o registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) fora cassado, bem como os mandatos dos parlamentares eleitos pelo partido, tendo sido este considerado ilegal por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 1951, Getúlio Vargas novamente tomou posse como presidente da República através de eleições diretas realizadas no ano anterior. Apesar do crescimento econômico, seu segundo governo foi marcado por tensões políticas que permearam as classes médias urbanas e setores das elites econômica e intelectual da época.

O retorno de Getúlio Vargas ao poder incendiou o conflito político e ideológico que ia da extrema esquerda à extrema-direita. A memória sobre a ditadura de 1937-1945 ainda era uma questão bastante sensível, sobretudo, para uma parcela de intelectuais, jornalistas, políticos e militares que se engajaram na derrubada do ex-presidente. Assim, a eleição de Vargas, em 3 de outubro de 1950, foi interpretada pela oposição como o prelúdio da volta da ditadura, abrindo espaço para o acirramento de antagonismos que já haviam se manifestado por ocasião da transição política de 1945 (Medeiros, 2022, p. 250).

Vargas permaneceu no cargo até o seu suicídio em 1954, motivado, em parte, pelo atentado na rua Tonelero, que visou o assassinato de Carlos Lacerda, um dos principais opositores do governo, filiado à União Democrática Nacional (UDN), e pelo ultimato dos militares exigindo a sua renúncia (Schwarcz; Starling, 2015). A ele sucederam-se Café Filho (1954-1955) e Nereu Ramos (interinamente de 1955 a 1956).⁴

⁴ Carlos Luz governou o país por apenas 3 dias, de 8 a 11 de novembro de 1955, tendo sofrido *impeachment* em decorrência da Novembrada.

A crise política que se estabelecera no país nunca foi propriamente apaziguada, sequer resolvida; apenas entre 1954 e 1964, houve cinco intervenções militares em questões de Estado.⁵ A corrida pela sucessão de Café Filho dividiu as forças políticas da época. Os udenistas tentavam impugnar a eleição de Juscelino Kubitschek, vista como um retorno ao Varguismo que havia sido duramente criticado e combatido desde 1951. Em novembro de 1955, os militares foram às ruas em um “contragolpe”, para garantir a posse do presidente eleito, e, dias depois, para garantir o impedimento da reocupação do cargo por Café Filho.

Desde a atuação acanhada, sempre condicionada pela liderança dos oficiais, as praças iriam atuar com maior destaque na Novembrada de 1955, adquirindo cada vez mais autonomia, até se tornarem protagonistas e, quase, roubarem a cena, entre 1961 e 1964, quando já figuravam entre os protagonistas principais da anarquia (Pinto, 2019, p. 138).

As tensões políticas e sociais permaneceram altas durante toda a década de 1950. Já em 1961, houve a tentativa de barrar a posse de João Goulart – em missão diplomática à República Popular da China à época da renúncia de Jânio Quadros – por parte dos ministros da Guerra (Odylio Denys), Marinha (Sílvio de Azevedo Heck) e Aeronáutica (Gabriel Grün Moss). Foi deflagrada então a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, com o intuito de garantir a transição constitucionalmente constituída do poder (Reis, 2016). Tal qual ocorrido em 1955, mais uma intervenção militar fora realizada, e mais uma vez a tomada do poder político pelos militares fora adiada.

Considerando o cenário político da época, as disputas no campo das ideias se dava principalmente entre intelectuais, operários e estudantes de um lado, e o Estado de outro, mobilizando a lógica e a discursividade da Guerra Fria. Este pano de fundo era mais que fértil para o surgimento de campanhas de oposição, veiculadas por meio de materiais gráficos diversos, que circulavam pelas cidades brasileiras, acirrando a luta política e a disputa ideológica (Reginato; Reis, 2020, p. 120).

⁵ Tentativa de deposição de Getúlio Vargas em 1954; Novembrada em 1955; veto dos ministros das Forças Armadas à posse de João Goulart em 1961; Campanha da Legalidade de Leonel Brizola em 1961; e o golpe militar de 31 de março de 1964.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961 e subsequente posse de seu vice-presidente, João Goulart, perpetuou-se no país um conflito de base ideológica, desta vez marcado por laços presidenciais mais próximos à centro-esquerda e conflitos com setores conservadores da sociedade. O novo presidente assumiu um país conturbado, com uma economia em crescente inflação, um Produto Interno Bruto (PIB) estagnado e um déficit da balança de pagamentos.

Para combater os problemas que afligiam o Brasil, o governo João Goulart tentou implementar as chamadas reformas de base⁶, que mudariam significativamente a estrutura socioeconômica do país, a partir das reformas agrária, urbana, tributária, eleitoral e educacional. No entanto, a oposição ao governo considerava-o caótico e associado ao comunismo, de tal sorte que as reformas propostas não conseguiram apoio no Congresso Nacional (Moreira, 2011).

Os conflitos ideológicos sobre as reformas de base entre os Poderes Executivo e Legislativo, bem como entre as diferentes vertentes ideológicas enfraqueceram o governo e contribuíram diretamente para a tomada de poder dos militares em 1964, fato que pôs fim à quarta República e instaurou a ditadura militar – fortemente marcada por repressão política e social, sequestro, tortura e execuções – que perduraria até 1985 (Ribeiro, 2013).

Buscando institucionalizar o golpe⁷, o “Comando Supremo da Revolução”⁸, representado pelos Comandantes das Forças Armadas, editaram um Ato Institucional, que mais tarde seria conhecido como AI-1, já que a ele sucederam-se mais dezesseis até o ano de 1969. Os Atos Institucionais são um dos símbolos mais marcantes da ditadura: diplomas legais arbitrariamente decretados pelo Poder Executivo que eram utilizados como ferramentas de legitimação às medidas autoritárias da oligarquia militar (Torres, 2016).

Com a deposição de João Goulart e ascensão do marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) – por meio de eleição indireta realizada entre os

⁶ “Muito embora o programa das Reformas de Base tenha ganhado grande destaque no período em que João Goulart ocupou a presidência do Brasil (entre os anos de 1961 a 1964), ele não é pensado somente a partir de sua posse no cargo. O programa de reformas estruturais já fazia parte do programa do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) como um partido ligado às demandas das classes populares urbanas e que reivindicava a posição de diálogo com os movimentos de trabalhadores” (Silva, 2019, p. 6).

⁷ Observar que o termo “golpe” é normalmente empregado no cotidiano ao se referir à tomada de poder político pelos militares em 1964.

⁸ Termo utilizado pelos próprios militares.

membros do Congresso Nacional –, os partidos políticos foram dissolvidos, mandatos parlamentares foram cassados e cidadãos foram cerceados em seus direitos políticos.

[...] tanto em regimes democráticos quanto ditatoriais, o autoritarismo estaria presente na cultura política nacional, porém sob o manto dos preceitos democrático-liberais. Em síntese, o bipartidarismo presente no regime militar teria institucionalmente uma oposição, porém de caráter figurativo e sob o símbolo da dissimulação (Soares; Tauil; Colombo, 2016, p. 14).

Castelo Branco foi responsável por implementar o bipartidarismo no Brasil, sob o qual apenas dois partidos políticos eram permitidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava uma oposição de fachada, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava os interesses do governo militar. Devido a este desmonte político, a Constituição de 1967 foi aprovada sem grandes alterações ou protestos, o que consolidou firmemente a ditadura consequente do golpe (Soares; Tauil; Colombo, 2016).

Ao presidente Castelo Branco, seguiu-se o general Costa e Silva (1967-1969) dando prosseguimento ao projeto de governo conservador e repressivo, denominado “anos de chumbo”, período mais repressivo da ditadura militar, que se estendeu da edição do AI-5 em 1968 até o fim do governo de Emílio Médici (1969-1974), marcado por grande crescimento econômico e pelo uso da tortura como instrumento de coerção e como política de Estado. Sob essa questão expõe Elio Gaspari (2002, p. 13),

[...] Ao mesmo tempo, foi a época das alegrias da Copa do Mundo de 1970, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de pleno emprego. Foi o Milagre Brasileiro. O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiam negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.

O “país oficial” era contraposto a um estado de exceção permanente, frequentes sequestros, execuções e prisões, além de uma constante e sistemática censura, aliada à repressão política e estudantil. Segundo Cirillo (2014, p. 248), “[...] são anos de forte propaganda oficial do governo; anos de pão e circo, mas, sobretudo, anos de chumbo para os movimentos sociais ou qualquer tipo de oposição declarada [...]”.

No subsequente governo de Ernesto Geisel (1974-1979), marcado pela crise do petróleo, aumento da inflação e da dívida externa do país, termina o chamado milagre econômico brasileiro. Iniciou-se então, a chamada “abertura lenta, gradual e segura”. Desta forma, Geisel tentou transmitir a imagem de que não havia torturas e assassinatos políticos no país, mas não abdicou do poder ditatorial, com o intuito de impedir uma rápida democratização movimentada pelo impulso da oposição (Alves, 2018).

Assim, com o fim do bipartidarismo em 1979, a crescente insatisfação com as condições econômicas do país e as denúncias de entidades civis no exterior, a pressão popular por eleições diretas toma força dentro e fora do Congresso Nacional. Segundo Soares, Tauil e Colombo (2016), o projeto de retomada democrática marca o término do governo de João Figueiredo (1979-1985), com a eleição presidencial de Tancredo Neves (MDB) pelo Colégio Eleitoral em 1985, eleito de maneira indireta. Contudo, Tancredo faleceu antes de assumir o cargo, que foi passado a José Sarney (1985-1990).

Com a ratificação da Constituição Federal de 1988, o país experienciou uma abertura política e as repressões e perseguições ostensivas e institucionalizadas deixaram de ser uma característica marcante da Nação. Segundo Almeida (2014), a democracia deixa de ser uma ideia subjacente para se tornar a ideia-força organizadora da representação⁹.

4.1 Breve histórico do autoritarismo em Sergipe (1946-1985)

Após a criminalização do PCB por decisão do TSE em 1947, os mandatos de parlamentares foram cassados em todo o território nacional, inclusive em Sergipe. Tal fato ocasionou a repressão de simpatizantes comunistas e a censura de órgãos de imprensa.

Neste contexto de repressão política, o sindicalista Anísio Dário foi morto por forças policiais enquanto participava de um protesto contra a cassação do PCB, próximo ao cinema Rio Branco. Embora o Estado brasileiro estivesse sob a égide da

⁹ “Nesse processo, o sistema político passou por um movimento intenso de inovação institucional marcado pela pluralização do sistema partidário; democratização do sistema eleitoral; reorganização político-administrativa do país; ampliação das responsabilidades do Estado no provimento de direitos sociais e criação de canais variados de interação Estado/sociedade e de expressão da soberania popular [...]” (Almeida, 2014, p. 97).

Constituição de 1946, houve uma inflexão autoritária que passou a legitimar a violação de direitos constitucionalmente assegurados, como a livre reunião e livre manifestação do pensamento (Reginato; Reis, 2020). Constata-se, então, a pronta participação do estado de Sergipe no processo de alinhamento com a postura repressiva do Governo Federal. “A partir de 1945, quando a competição entre os próprios subgrupos da classe dominante se acentuou, dentro de certa autonomia estadual, os embates se tornaram mais renhidos, resultando muitas vezes em atos de arbitrariedade” (Dantas, 2004, p. 127).

Durante o governo Arnaldo Garcez (1951-1955), a atuação de oficiais militares – que se instalaram em Sergipe com a anuência do governador – e da polícia contra os comunistas se intensificou. Além disso, o quadro de violência e arbitrariedade estatal agravou-se pela parcialidade de juízes que transformavam os tribunais em órgãos políticos, o que pessoalizava e aproximava o Judiciário, o exército e a polícia do partidarismo (Dantas, 2004). Ainda segundo o autor,

Depois de inquirir oficiais do próprio 28º BC e da Polícia, investiram contra a sociedade civil e prenderam mais de 50 pessoas, entre as quais toda a direção estadual do Partido Comunista que, então, atuava na clandestinidade. No curso do processo, os presos foram submetidos a longos depoimentos, entremeados não raras vezes de tortura (Dantas, 2004, p. 126).

Com o golpe militar de 1964, assim como no resto do Brasil, a repressão política e social foi instaurada no menor estado da Federação. O governador João de Seixas Dória (1963-1964) foi deposto e levado a Salvador, tendo sido posteriormente transferido para a ilha de Fernando de Noronha.

Uma vez deposto o governo democraticamente eleito, as instituições estatais passaram a ser subordinadas aos mandos e desmandos da autoridade militar. Prefeitos identificados com a política das reformas de base foram presos, deputados estaduais e vereadores foram cassados, juízes e desembargadores foram aposentados compulsoriamente, e os militares combatiam a “subversão” na capital e no interior do estado, prendendo líderes sindicais, jornalistas, trabalhadores rurais e urbanos sem ordem judicial. A tutela militar coagia todos os aspectos da sociedade, desde o âmago da vida civil até o mais alto cargo do governo do estado (Dantas, 2014).

[...] o golpe militar de 1964 foi instaurado em Sergipe de forma relativamente tranquila. A oposição foi prontamente neutralizada a partir de uma onda de prisões, cassações, demissões e aposentadorias. O novo governo se consolidou sem maiores dificuldades. A classe política se reinventou a partir de novos arranjos, as elites locais permaneceram com seus privilégios, a corrupção não foi realmente enfrentada, as instituições se adaptaram à nova legalidade e os poucos que se levantaram contra o golpe, ou que simplesmente questionavam as injustiças sociais, foram sistematicamente enquadrados pela repressão (Reginato; Reis, 2020, p. 145).

A partir da instauração do regime militar, mas especialmente a partir da publicação do AI-5 em 1968, a repressão também atingiu a educação e os movimentos estudantis. De acordo com Dantas (2014, p. 173), pelo menos 192 estudantes de outros estados foram perseguidos e expulsos de suas instituições de ensino entre os meses de maio de 1969 a março de 1970. No entanto, João Cardoso do Nascimento Júnior, reitor da Universidade Federal de Sergipe, simplesmente cassou os direitos políticos dos estudantes no âmbito institucional da Universidade (Cruz, 2012, p. 379).

A década de 1970 teve início com uma relativa morosidade política em Sergipe. No entanto, em 1976, foi deflagrada a Operação Cajueiro – em contrapartida à suposta prática de “abertura lenta, gradual e segura” de Geisel e Golbery –, que pode ser entendida como um desdobramento de uma perseguição institucionalizada ao PCB após a derrota do governo nas eleições legislativas de 1974. Reginato e Reis (2020, p. 191) afirmam que:

Essa nova ofensiva da repressão estatal partiu da caracterização de que, a partir de 1974, o PCB avançava clandestinamente. [...] Acreditava-se que o PCB, a despeito das crises e defecções que sofrera, teria mantido uma política de coexistência pacífica com o governo ao tempo em que ampliava a sua base. Isto se daria pela espera de um momento de debilidade política que permitisse a tomada do poder.

A Operação Cajueiro foi deflagrada no dia 20 de fevereiro de 1976, e tornou-se a maior operação militar no estado de Sergipe durante a ditadura. Ao todo, 24 pessoas foram sequestradas e torturadas, e 5 foram investigadas. Ao final do processo, todos foram absolvidos, devido aos métodos ilegais e processualmente viciosos do referido processo. Destaca-se a relevância do trabalho da imprensa Sergipana, especialmente na figura de três jornalistas locais, Milton Alves, Paulo Barbosa de Araújo (que deu nome à Comissão Estadual da Verdade em Sergipe) e

José Carlos Montalvão, que trabalharam para que o procedimento militar realizado em Aracaju fosse noticiado e visibilizado Brasil afora (Reginato; Reis, 2020).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” é um documento que foi publicado em formato textual e digital no ano de 2020, pelo *site* oficial do governo do estado de Sergipe, fruto do trabalho de prospecção e produção documental de uma comissão específica nomeada por decreto do governador do estado.

Como objeto eleito para a pesquisa, foi submetido a uma análise que toma por base a corrente neodocumentalista dos estudos documentais. Mais especificamente, sob a ótica do pesquisador Bernd Frohmann. Num primeiro momento, a fisicalidade documental confere ao Relatório características específicas de organização, que serão abordadas a seguir.

5.1 A fisicalidade do Relatório

O Arquivo Nacional (2005, p. 73) conceitua documento como uma “[...] unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato [...]”. Heloísa Bellotto (2008, p. 16) define documento como “[...] uma união indissolúvel entre informação/informações e suporte [...]”. Suzanne Briet (2016) trata documento como um vestígio (real ou simbólico) registrado cujo propósito é fornecer testemunho probatório de um fenômeno.

Assim, destaca-se a importância da fisicalidade documental, isto é, da existência física de um suporte – cujo tempo e espaço no qual está inserido precisa ser considerado – capaz de registrar ou conservar a informação. Objetivando melhor contemplar o entendimento do documento, buscou-se delimitá-lo enquanto espécie documental.

Dessa forma, cabe, inicialmente, especificar o que seria um relatório. Mais uma vez, recorreu-se a Heloísa Bellotto (2008, p. 67), e segundo a pesquisadora, o relatório enquanto espécie é:

[...] um documento não-diplomático testemunhal de assentamento ascendente. Exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou atividades realizadas por autoridades com finalidade de prestar conta de seus atos a autoridade superior [...].

Assim, observa-se que o relatório é uma espécie documental não-diplomática – não segue fórmulas estabelecidas (padrão formal) –, é um documento com função probatória testemunhal – o testemunho lhe confere um teor de autenticidade –, e ainda, pode ser produzido para fins diversos a depender do interesse da autoridade solicitante, ou seja, a quem é direcionado, uma vez que se constitui de cunho ascendente (prestação de contas).

Theodore Schellenberg (2006) também afirma a possibilidade de subdividir a espécie documental “relatório” em tipos, no que afirma “[...] cada tipo é em geral criado para facilitar um gênero comum de ação [...] os relatórios podem ser identificados pela sua natureza (estatístico ou narrativos) [...]” (Schellenberg, 2006, p. 133).

Partindo do exposto, o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” é um registro específico que possui condição de prova, pois é produzido com base em documentos legais, de cunho textual, englobando documentos audiovisuais e fotográficos, legalmente constituído, e que evidencia fatos a partir de um conjunto documental oriundo tanto de arquivos documentais de instituições públicas, quanto da produção de agentes designados pelo poder público. Naturalmente, o Relatório possui uma forma, apresentada a seguir.

Em termos de suporte, o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” possui 428 páginas, impressas em cartão supremo 250g/m², possuindo um miolo *off-set* 75g/m². Utiliza a tipografia *Cambay* e *Jaapokki*, possui formato 21 x 28 cm e foram realizadas 300 tiragens (Reginato; Reis, 2020). O texto é dividido em duas colunas, e o Relatório é ilustrado com diversos quadros, gráficos, infográficos, fotografias e listas. O Relatório também agrega dentro de si várias tipologias documentais, como jornais, inquéritos, abaixo-assinados, cartazes, panfletos, dossiês e ofícios. Apresenta-se no Quadro 1 abaixo as tipologias constantes da publicação, o quantitativo de cada uma delas e ainda, as páginas que as comportam.

Quadro 1 – Tipologias documentais do Relatório

Tipologia	Quantidade	Localização
Fotografia	71	p. 38, 43-46, 47, 48, 50, 51, 149, 150, 157, 158, 202-206, 249, 256, 272, 275, 277, 311.
Documentação avulsa (trechos de relatório)	3	p. 47, 200, 250.
Ofício	2	p. 61, 143 (trecho).
Organograma	3	p. 75, 78, 278.
Abaixo-assinado	2	p. 120.
Cartaz	12	p. 121-123, 269, 306.
Carta	3	p. 109, 141.
Cartilha	1	p. 150.
Trecho de jornal	8	p. 209, 245, 248, 254, 273.
Charge	2	p. 270, 271.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Decorrente do fato de o relatório ser uma espécie documental não-diplomática, e do fato de cada agente dar a ele sua própria organização, montou-se o quadro 2, especificando-se as seções e os assuntos nelas tratados, para fins de compreensão da organização textual conferida ao Relatório.

Quadro 2 – Lógica da organização documental do Relatório.

SEÇÃO	DESCRIÇÃO
Introdução	Introduz a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” e o escopo de seu trabalho, além de apresentar alguns conceitos básicos para melhor compreensão do relatório.
Parte I	Apresenta a estrutura dos órgãos de repressão estaduais em Sergipe, os Atos Institucionais, e uma lista com os Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em Sergipe no período de 1946 a 1988.
Parte II	Apresenta uma cronologia da repressão política em Sergipe no período de 1946 a 1988.

Parte III	Discorre sobre os lugares de memória, classificando-os de acordo com suas especificidades, além de refletir sobre os impactos sociais do gênero, censura e punições políticas.
Parte IV	Lista diversos indiciados durante o regime militar em Sergipe.
Parte V	Lista diversos militares que tiveram participação em atos repressivos durante o regime militar em Sergipe.
Parte VI	Conclui o relatório e recomenda a leitura de materiais complementares.
Parte VII	Apresenta elementos pós-textuais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Analisando a estrutura textual da obra, vê-se em sua elaboração escrita a predominância dos tipos textuais descritivo e narrativo explicitado por um método científico que busca evidenciar o cuidado e a veracidade das informações contidas no texto, conforme enunciam seus autores: “[...] tivemos o cuidado de avançar nos trabalhos a partir de evidências históricas válidas, autênticas [...]” (Reginato; Reis, 2020, p. 25). Além disso, há um viés didático, ao reservar assuntos específicos a cada uma das seções, o que possibilita uma melhor localização de temas específicos para aqueles que fizerem uso desse documento. Assim, uma vez exposta a fisicalidade documental, parte-se a seguir para uma imersão dos aspectos de sua materialidade.

5.2 A Materialidade do Relatório

Inicia-se essa subseção destacando a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. Esta se evidencia enquanto grupo de trabalho instituído pelo governador Jackson Barreto de Lima, através do Decreto Estadual nº 30.030 de 26 de junho de 2015, com o intuito de “[...] efetivar o direito à memória e à verdade histórica, especialmente quanto às graves violações de direitos humanos ocorridas em Sergipe ou que tenham atingido sergipanos [...]” (Reginato; Reis, 2020, p. 36).

Tomando por base aspectos relativos aos postulados de Frohmann, se buscará discutir o trabalho documental da referida Comissão no que tange a percepção do documento como um artefato sociotécnico (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023), ou seja, buscando compreender a materialidade da informação que ele comporta e que se manifesta não no produto em si, mas a partir das relações de poder que modulam a produção da informação.

Pode-se afirmar, então, que a Comissão configura sua legalidade a partir de uma legislação que emana da esfera superior do poder executivo do estado de Sergipe para “esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de Direitos Humanos [...]” (Sergipe, 2015, p. 1) conforme especificado no artigo 3º, parágrafo I do Decreto estadual nº 30.030 de 26 de junho de 2015. A partir do Decreto que deu legitimidade jurídica à Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” e que respalda o seu Relatório, é possível compreender a ação do aspecto político sobre a documentação, pois sua superioridade sobre os demais agentes da sociedade representa seu poder que, em nome dos cidadãos, impõe a força da lei, pautando-se no Estado democrático de direito.

Observa-se que o texto do Decreto concede à Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” a capacidade de investigar, de mobilizar instituições e documentações de diferenciadas esferas públicas e até mesmo de produzir documentação, com o objetivo de promover um esclarecimento substanciado de fatos relativos às violações de direitos de sergipanos durante o período abarcado pela Comissão (Sergipe, 2015).

Além disso, há um pequeno desvio do sentido suscitado no Decreto acerca de sua função. Um novo postulado é produzido pela Comissão, ao justificar o seu trabalho, não somente como componente investigativo, mas sobretudo na materialização de um direito de todos: “[...] direito à memória e a verdade histórica [...]”. (Reginato; Reis, 2020, p. 25). Os posicionamentos, tanto do Decreto, quanto da Comissão, estabilizam o discurso do documento sob um duplo viés: histórico-documental – que atribui aos documentos o valor de verdade, capaz de “falar por si só”, e mnemônico – enquanto postulante do direito social de preservação da memória social dos cidadãos.

[...] Valemo-nos dos depoimentos daqueles que foram submetidos diretamente pelas forças de opressão e também de um vasto acervo

documental, que permitirá ao leitor compreender os mecanismos que operavam durante os diversos períodos autoritários vivenciados no Brasil entre os anos de 1946 e 1988 (Reginato; Reis, 2020, p. 25).

Um ponto importante para corroborar o discurso da verdade histórica e da fonte de reparação simbólica constituída pelo documento é a entidade que o produz, ou seja, de onde advém sua força, e de que forma os documentos passam de uma esfera de poder a outra. Em outras palavras, como eles são agenciados (mobilizados e utilizados em outras esferas) e que autoridade possui aqueles que deles fazem uso. Uma segunda questão que se faz intransponível é a metodologia aplicada a esses documentos, ou seja, sua passagem de registro a objeto de estudo e de veiculação de uma determinada informação. Para seguir as diretrizes do Decreto que a instituiu, a Comissão efetuou diversas parcerias e convênios com diversas instituições. Assim registra a Comissão:

Em 2016, foi assinado o termo de Cooperação Técnica com o Arquivo Nacional/Memórias Reveladas, o que possibilitou o acesso da CEV/SE aos bancos de dados dos projetos Dspace e SLV (Sala de Leitura Virtual). Com isso, a Comissão deu início à construção do seu próprio banco de dados referente aos anos de 1946 a 1988, com documentos produzidos pelos diversos órgãos federais, em especial o SNI. [...] foi possibilitado o acesso ao Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, iniciando-se a pesquisa a partir dos processos-crime por violação da Lei de Segurança Nacional entre os anos de 1946-1964. [...] Outro termo de cooperação importante foi efetivado em 2016, com o Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES, que permitiu a cópia de todos os dossiês do DOPS/SE entre 1964 e 1988. Tais documentos já haviam sido digitalizados para o projeto Memórias Reveladas, que contou com a parceria do APES. Em setembro de 2016, o Superior Tribunal Militar (STM), com o Edital nº 2, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 13 de setembro de 2016, aplicou o art. 31, § 4º, da Lei nº 12.527/2012, considerou os conjuntos documentais do período de 1914 a 1989, que estão sob custódia da Seção de Arquivo do STM, como documentos de natureza histórica, cuja utilização independe de autorização das pessoas citadas na documentação. Os documentos tiveram o acesso franqueado após o trigésimo primeiro dia da publicação desse Edital no Diário Oficial. [...] Em 2017, a CEV/SE enviou à Ouvidoria do STM a primeira solicitação de acesso a documentos, a partir de uma lista onde constavam os nomes e a filiação de vítimas da repressão política durante o período de 1946 a 1976. A Ouvidoria nos encaminhou à Seção de Arquivo para que tivéssemos acesso aos documentos. A partir daí, o Arquivo do STM, com muita agilidade e boa vontade, no encaminhou os links para baixarmos os primeiros processos: Apelações, Autos Findos, Habeas Corpus, Recursos Criminais e Recursos Extraordinários. A complementação da pesquisa foi concluída com a visita técnica realizada pelo membro pesquisador Gilson Reis, que trouxe uma cópia

integral digitalizada de vários processos, dentre eles, os autos do processo-crime da Operação Cajueiro (Reginato; Reis, 2020, p. 49).

Como pôde ser observado, o procedimento de recuperação das fontes mobilizou esforços em várias frentes. Estima-se que cerca de 20 mil documentos em PDF façam parte do acervo coletado pela Comissão. “Tendo em vista que cada um desses processos possui em média 300 páginas, podemos mensurar a quantidade de 6 milhões de páginas de arquivos que foram coletadas pela CEV/SE” (Reginato; Reis, 2020, p. 69).

Além disso, a aplicação de uma metodologia de cunho documental foi aplicada, que consistiu em: a) leitura dinâmica de cada documento; b) produção de um resumo do conteúdo, com ênfase nos nomes dos atores políticos citados, seja dos militantes/resistentes/vítimas/opositores à ditadura militar em Sergipe ou dos agentes da repressão/colaboradores com a ditadura; c) controle do vocabulário utilizado através da seleção de palavras-chave retiradas dos próprios documentos; d) sistematização em planilha dessas informações; e) identificação dos documentos com hiperlink direcionando para o respectivo arquivo em PDF localizado no acervo da CEV; f) resumo do conteúdo; g) controle de vocabulário (Reginato; Reis, 2020).

Embora mais do que suficiente para promover uma determinada narrativa e uma exposição de fatos sobre o regime militar e dos indivíduos indiciados por ele, e tenha sido desenvolvido sobre os moldes científicos referentes à análise documental, o material ganha realmente sua força a partir da ordem institucional. É o impacto institucional da materialidade “[...] que reinscreve o documento no processo de construção da ciência, gerando fatos e representações [...]” (Thiesen, (2013, p. 6-7).

Assim, reafirma-se que a ordem que estabiliza o discurso do documento provém, principalmente, da legislação que instituiu seu órgão produtor, mas também decorre das práticas profissionais de agentes especializados em suas ações técnicas e intelectuais sobre tais documentos. Tais fatos são considerados por Frohmann (2008) como fenômenos que denotam a materialidade do documento, e o atribuem uma espécie de *status*. Esse *status* deriva do fato de que o documento é fruto de rotinas institucionalmente constituídas e legitimadoras do poder institucional no qual ele está inserido.

Contudo, no que tange a relação que se estabelece entre a produção e tratamento dos documentos e a burocracia estatal, Telma Hoyler e Pedro Campos

(2019) afirmam que a dinâmica de atuação da engrenagem burocrática carece de ampla discussão empenhada na criação de novos marcos documentais, e que em geral, o que transparece nas organizações públicas em relação às práticas documentais permite muito mais a opacidade que a transparência das informações.

Icléia Thiesen (2013, p. 12), ao tratar da documentação referente aos regimes autoritários, ainda que lhes reconheça a função probatória – portadores que são de registros, informações e conhecimentos – e ainda os valorize como componentes de reafirmação histórica passíveis de fornecer conhecimento do passado – sendo capaz de “[...] abrir trilhas para a reconciliação da sociedade com o seu passado [...]” –, também chama atenção para o fato de que os documentos, mesmo os oficiais, precisam ser examinados com muito cuidado. Sobre esse ponto, a autora expõe:

[...] Inúmeros casos ocorridos nas lutas de resistência ao regime estão registrados em documentos oficiais, produzidos por agentes de Estado, sendo, portanto, autênticos, embora muitos sejam portadores de mentiras e meias verdades. [...] É preciso cautela e rigor metodológico para que as esperanças depositadas na abertura dos arquivos não se diluam nesse processo (Thiesen, 2013, p. 13).

Pelo exposto, pode-se afirmar que o conteúdo documental é passível de distorções, a depender do seu autor e de seu viés. Através dos significados inscritos no documento, ele atua como uma ferramenta de legitimação do discurso de quem o produziu.

Pode-se observar que a força do discurso constante do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” é ainda legitimada pelos meios científicos que foram aplicados em sua execução, e de igual forma pelo perfil (peso) intelectual de seus membros constituintes, destacados como “[...] profissionais com perfil acadêmico e com experiência no trabalho pela democracia e pelos direitos humanos [...]” (Reginato; Reis, 2020, p. 37). Segundo o Relatório:

A Comissão é presidida pelo Professor Doutor Josué Modesto dos Passos Subrinho, ex-reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e atualmente Secretário da Educação do Estado de Sergipe, e tem como Secretária Executiva a professora Doutora Andréa Depieri de Albuquerque Reginato, lotada no Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (DDI/UFS). Além destes, foram também nomeados membros da CEV/SE pelo Decreto Estadual 30.057/2015: a professora Doutora Gabriela Maia Rebouças, o escritor e jornalista Gilberto Francisco dos Santos, o professor Doutor Hélder

Teixeira Bezerra, o professor Mestre José Afonso do Nascimento e o professor Doutor José Vieira da Cruz. Hélder Teixeira Bezerra, embora nomeado, não compareceu à posse e não chegou a assumir seu posto junto à CEV, razão pela qual, em seu lugar foi nomeado como membro o professor Mestre Gilson Sérgio Matos Reis, através do Decreto Estadual nº 30.196/2016. Iniciados os trabalhos, José Vieira da Cruz, eleito vice-reitor da Universidade Federal de Alagoas pediu afastamento da CEV e, posteriormente, o fez também José Afonso do Nascimento, por problemas de saúde. Não foram nomeados novos membros para os seus postos (Reginato; Reis, 2020, p. 37-38).

Vê-se a partir da escolha e constituição dos membros da Comissão não somente o peso social e intelectual do grupo, mas a historicidade que permeia o documento, pois atualiza em uma fonte secundária (produzida por meio de documentos oficiais) a história do autoritarismo brasileiro e as redes de informação que foram produzidas para o levantamento de dados incriminatórios através dos órgãos oficiais de Estado.

Em relação ao discurso ideológico sob a perspectiva do espectro político, Silva (2014, p. 151) comenta que: “A ciência política brasileira endossa o uso da terminologia esquerda e direita, mas não é grande a ocorrência de discussão sobre qual é a definição de cada um desses espectros ideológicos [...]”. De acordo com Bresser-Pereira (2006, p. 26-27),

[...] A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça [...] Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social [...]

A tradição política do Brasil é conservadora, e a força econômica e política de grupos específicos possibilitou – e possibilita – a posse dos aparatos de informação. Assim, com o auxílio de forças internacionais, notadamente os Estados Unidos da América (EUA), foi – e continua sendo – possível criar instituições de controle documental sobre os dissidentes de suas posições políticas.

A produção documentária da ditadura começou antes mesmo do golpe de 1964. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de

Ação Democrática (IBAD) foram criados em 1961 e 1959, respectivamente. Este último foi responsável por financiar campanhas eleitorais contrárias a João Goulart. Com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informação e contrainformação no Brasil, o Sistema Nacional de Informação (SNI) foi pensado para controlar, vigiar e punir os cidadãos supostamente “comunistas” ou resistentes ao regime através da espionagem, contrainformação, registros telefônicos, violação de correspondências, entre outros (Thiesen, 2019).

Através desse aparato técnico e institucional, foi possível inscrever e difundir um discurso com base num tipo social (categoria classificativa) denominado “subversivo”, que constituía uma ameaça não somente ao poder constituído, mas ao bem-estar social, e por tal razão demandava uma repressão enérgica por parte do Estado, que ao fazê-lo reafirmava, através dos discursos institucionais, a questão da defesa e segurança nacionais.

Por outro lado, o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, ao mobilizar os documentos referentes aos cidadãos sergipanos que sofreram o impacto do discurso e das ações do Estado, reafirma a necessidade de enfrentar o passado e reconhecer os abusos cometidos pelo regime de exceção, além de estabelecer uma indenização simbólica àqueles que diretamente foram atingidos pelos atos governamentais.

Assim, com base na fisicalidade e materialidade do Relatório, bem como pela energia social e institucional despendidas para tornar possível e pública a análise e compilação do volume documental arrolado pela Comissão, é possível afirmar, seguramente, que ele possui um considerável poder probatório, cultural e social. Seu valor simbólico permite enfrentar o passado, os traumas históricos e sociais e reconhecer os direitos que foram duramente conquistados. Pelo viés científico, destaca-se também sua importância para suscitar diversas pesquisas que contemplem múltiplos olhares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, além de um difusor da informação, constitui-se uma fonte de pesquisa. Através da ótica neodocumentalista de Bernd Frohmann, pôde-se analisar o impacto sociopolítico da materialidade que permeia o documento. Nos estudos acerca da materialidade, o interesse recai na capacidade de produção de efeitos dos documentos, o que não inviabiliza a abordagem de outros aspectos relativos à sua fisicalidade, sendo esta, de certa forma, um pré-requisito daquela.

Através da análise realizada no decorrer da pesquisa, constatou-se que a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” reuniu uma vasta quantidade de documentos produzidos por diversas instituições estatais, algumas das quais foram inclusas e/ou mencionadas diretamente no seu Relatório Final (2020). A institucionalidade desses documentos os atribui materialidade, e comprovam as violações de direitos humanos cometidas no estado de Sergipe durante o período do regime militar no Brasil, um dos intuitos da Comissão.

É necessário considerar que o Relatório – enquanto documento próprio, disponível ao público e sobretudo oriundo de uma determinação do poder público, motivada por um determinado viés político – é provido de um considerável impacto sociopolítico. Para além do social, possui uma abrangência cultural e acadêmica. Sob a ótica dos estudos neodocumentários, é possível constatar que o caráter informacional do documento perpassa pelas relações de poder socialmente constituídas, especialmente no que diz respeito ao conteúdo documental em regimes de exceção.

Ao considerar/examinar o discurso utilizado na documentação produzida pelo Estado brasileiro e pelo estado de Sergipe durante o regime militar, percebe-se um tom autoritário, no qual os opositores do regime eram vistos como perturbadores da ordem e da paz social, cujos pensamentos destoantes da imagem do “país oficial” eram tidos como subversivos e prejudiciais à nação. Nesse processo atributivo de sentidos, o discurso utilizado pelo Relatório atua na contramão da documentação oficial do Estado, demonstrando a pronta aceitação e constatação dos abusos cometidos durante o período abarcado pela Comissão, e discorrendo sobre a importância do direito à memória e à verdade como questões basilares no processo

de construção do Estado democrático de direito, que delineou toda a narrativa do documento.

Nota-se que o Relatório se configura equilibrado no que diz respeito aos aspectos técnicos de sua fisicalidade, isto é, diagramação, fontes, uso das cores, em especial vermelho e azul (comumente utilizados nos títulos das seções). Além disso, a presença de elementos iconográficos ornamenta o documento com informações úteis à compreensão do assunto que está sendo abordado.

No tocante à sua materialidade, entende-se que o Relatório é fruto de um processo político que visa o resgate e defesa da memória social e da verdade histórica. Devido aos esforços da Comissão, milhares de documentos foram arrolados e agenciados, e centenas de pessoas foram contactadas, entrevistadas e ouvidas, algumas das quais expuseram seus relatos através dos depoimentos públicos que ocorreram em Aracaju e Propriá. Todos esses acontecimentos podem ser interpretados como uma manifestação da necessidade de publicizar e resgatar a memória sobre aquela época, bem como a identidade das pessoas perseguidas pelo regime então vigente.

Finalmente, ressalta-se que este trabalho está longe de ser uma pesquisa exaustiva. O tema suscita muitas outras pesquisas e análises, sob os mais variados prismas e perspectivas. Buscou-se, nestas páginas, refletir sobre o Relatório na perspectiva neodocumentária de Bernd Frohmann, contextualizando o panorama histórico e sociopolítico da época abarcada pela Comissão, além de apresentar alguns aspectos teóricos sobre a fisicalidade do documento e subsequente materialidade da informação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Débora Rezende de. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 96-117, abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100005>. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/edicao/122. Acesso em: 12 fev. 2024.
- ALVES, Leonardo Pace. **A política externa (in)dependente em três tempos: autonomia e crise nos governos Quadros/Goulart, Geisel e Lula/Rousseff**. 2018. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-j/pos-graduacao-em-economia-politica-internacional/dissertacoes-e-teses.html#doutorado>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- AMORIM, Ana Karolina Alves; RABELLO, Rodrigo. A materialidade da informação em Bernd Frohmann. **Ibersid: revista internacional de sistemas de información y documentación**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 103-113, jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.54886/ibersid.v17i1.4918>. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/4918>. Acesso em: 1 out. 2024.
- ANA, Wallace Pereira Sant; LEMOS, Glen Cézar. Metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 12, p. 531-541, nov. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21920/recei72018412531541>. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1710>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL. **Comissões da Verdade**. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade>. Acesso em: 1 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição extra, Brasília, DF, ano 148, p. 5, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 1 out. 2024.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**.

2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos estudos**, São Paulo, v. 1, p. 25-45, mar. 2006. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-74/#gsc.tab=0>. Acesso em: 1 out. 2024.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

CIRILLO, José. Chumbo em Anos de Chumbo: o lirismo combate a ditadura. **Estúdio, Artistas sobre Outras Obras**, Lisboa, v. 5, n. 9, p. 247-255, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://estudio.belasartes.ulisboa.pt/arquivo.htm>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática**: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35028>. Acesso em: 16 ago. 2024.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe**: 1964-1984. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 19-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p19-34>. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/334. Acesso em: 12 set. 2024.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus** – Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 227-249, 2012. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 12 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 23-36.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. Pensando e repensando o documento. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 314-331, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2548>. Acesso em: 1 out. 2024.

HOYLER, Telma; CAMPOS, Pedro. A vida política dos documentos: notas sobre burocratas, políticas e papéis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 69, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/2948>. Acesso em: 1 out. 2024.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 1 out. 2024.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 111-153.

LUND, Niels Windfeld. Teoria do documento. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 6-46, mar./ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2022v8n2.p6-46>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5907>. Acesso em: 1 out. 2024.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. O autoritarismo instrumental no pensamento político de Carlos Lacerda (1950-1955). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 248-272, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/69169>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MINAYO, Marília Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/35450>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 3, n. 1, p.3-35, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2009.v3n1.02.p3>. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/48>. Acesso em: 12 set. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Matilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/7087>. Acesso em 12 set. 2024.

PINTO, José Cimar Rodrigues. Apogeu, ruptura e o caso do intervencionismo armado no Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 71, p. 132-165, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1101>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p131> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p131>. Acesso em: 1 out. 2024.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Prova documental: inscrições e materialidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/301>. Acesso em: 16 set. 2024.

RABELLO, Rodrigo. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n2.02.p5>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932>. Acesso em: 12 set. 2024.

REGINATO, Andréa Depieri de Albuquerque; REIS, Gilson Sérgio Matos (org.). **Relatório Final**: Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2020. Disponível em: <https://iose.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em: 12 fev. 2024

REIS, Carla Darlem Silva dos. O poder das “forças terríveis”: a renúncia de Jânio Quadros e o ensaio para o golpe civil-militar de 1964. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 1, n. 15, p. 56-71, mai./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/5585/4600>. Acesso em: 16 ago. 2024.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao Golpe de Estado**: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19122013-144916/pt-br.php>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ROSSATO, Maristela; MARTINEZ, Albertina Mitijáns. Contribuições da metodologia construtivo-interpretativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 40, n. 40, p. 185-198, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6442>. Acesso em: 1 out. 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 1 out. 2024.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SERGIPE. Decreto nº 30.030, de 26 de junho de 2015. Cria a Comissão Estadual da Verdade – Paulo Barbosa de Araujo, no âmbito do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado**, Aracaju, p. 1-2, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://iose.se.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/959/#e:959>. Acesso em: 1 out. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as reformas de base. **Textos e debates**, Boa vista, v. 1, n. 32, p. 5-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/issue/view/n%C2%BA%2032>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 6, p. 149-162, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2014.106265>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22694>. Acesso em: 1 out. 2024.

SOARES, Alessandro de Oliveira; TAUIL, Rafael Marchesan; COLOMBO, Luciléia Aparecida. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 19, p. 7-29, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13215>. Acesso em: 23 fev. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158–174, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>. Acesso em: 12 set. 2024.

THIESEN, Icléia. Documentos "sensíveis": produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-15, 2013. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/295>. Acesso em: 12 set. 2024.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, número especial, p. 6-22, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22267>. Acesso em: 16 set. 2024.

TORRES, Mateus Gamba. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-Golpe de 1964. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 489-505, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/issue/view/v8n3>. Acesso em: 26 jul. 2024.